

Balances Bibliográficos

O campo de estudos sobre governança colaborativa: o que sabemos e para onde vamos?

ID Dr. Humberto Falcão Martins¹

<http://orcid.org/0000-0001-7639-1405>

ID Dr. Ettore de Carvalho Oriol²

<http://orcid.org/0000-0002-3786-8917>

ID Dr. Douglas Wegner³

<https://orcid.org/0000-0001-8634-5971>

ID Ms. Patrícia Lage Becker⁴

<https://orcid.org/0009-0009-4429-5588>

ID Dr. Aldemir Drummond⁵

<https://orcid.org/0009-0003-8320-9490>

DOI: 10.17666/bib10004/2024

Submetido em: 16/08/2023

Ressubmetido em: 24/01/2024

Aceito em: 03/04/2024

Introdução

O tema da governança colaborativa (GC) atrai o interesse crescente de acadêmicos e gestores públicos em razão da complexidade de muitos problemas sociais, econômicos e ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea (Beyers; Leventon, 2021; Bryson; Crosby; Seo, 2020; Bryson *et al.*, 2021; Hamilton; Lubell, 2017; Koebele, 2019; Steelman *et al.*, 2021; entre muitos outros).

¹ Prof. Tempo Integral na Fundação Dom Cabral – São Paulo (SP), Brasil. Email: humberto.martins@fdc.org.br

² Prof. Convidado Fundação Dom Cabral ; Prof. Permanente MADE Universidade Estácio de Sá; Prof. Assistente no Instituto de Direito Público – São Paulo (SP), Brasil. Pesquisador CEMIF-FGV. Email: etторе.oriol@gmail.com

³ Programa de Pós-Graduação em Administração/Fundação Dom Cabral – São Paulo (SP), Brasil. Email: dwegner@fdc.org.br

⁴ Fundação Dom Cabral – São Paulo (SP), Brasil. Email: patricia.becker@fdc.org.br

⁵ Fundação Dom Cabral – São Paulo (SP), Brasil. Email: aldemir@fdc.org.br

Atualmente, grande parte dos problemas públicos enfrentados demandam articulações coletivas para sua solução (Bryson; Crosby; Seo, 2020; Bryson *et al.*, 2021). Em especial os denominados grandes desafios (ou *wicked problems*) requerem esforços de GC para minimizar seus impactos negativos e desenvolver e implementar soluções efetivas (Bryson *et al.*, 2021; McQuaid, 2010).

Estudos anteriores já procuraram analisar e sintetizar o campo da GC. Wang e Ran (2023) estudaram as similaridades e diferenças entre as definições de GC e *network governance* (NG). Eles identificaram que as similaridades são muito maiores que as diferenças, concluindo que os termos, na maioria das vezes, acabam por se confundir. Costumato (2021), ao realizar uma revisão sistemática de dois temas paralelos, GC e *public network performance*, demonstra como os modelos interinstitucionais são mais relevantes para a literatura. Ele aponta, também, que os efeitos da confiança, partilha do poder, estilo de liderança, estratégias de gestão e formalização são os principais elementos que produzem uma colaboração eficiente e eficaz.

Outra revisão de literatura que aborda a GC é o artigo de Yurich, Soto e Fuenzalida (2019). Nesse artigo, os autores realizam uma revisão sistemática de cooperações intermunicipais na América Latina. A revisão foi realizada a partir de 47 artigos publicados entre 2005 e 2016, encontrando lacunas na identificação de causas e explicações para os resultados apresentados pelas iniciativas de GC. O principal problema identificado foi a falta de ferramentas que possibilitem a medição da eficácia e efetividade das iniciativas de GC estudadas.

Bartz *et al.* (2021) apresentam um estudo bibliométrico sobre GC com restrição temporal nos anos de 2009 a 2018. A base utilizada para a pesquisa foi apenas o Web of Science (WoS), somando um total de 204 artigos. O achado principal foi a importância da liderança e do diálogo para que a GC tenha maior longevidade. Os autores apontam, também, que a busca de inovações acontece por meio do alcance de uma compreensão interligada, podendo gerar confiança entre os parceiros e traduzindo-se em legitimidade para a própria colaboração.

Embora esses estudos apresentem revisões e bibliometrias relacionadas com o termo de busca "Collaborative Governance", eles exploram apenas aspectos específicos, tais como: as diferenças entre os estudos de CG e NC (Wang; Ran, 2023); apenas experiências da América Latina (Yurich *et al.*, 2019); os artigos da base WoS (Bartz *et al.*, 2021); ou comparando GC com outros temas (Costumato, 2021). Assim, este artigo objetiva realizar uma bibliometria ampla do campo de estudos de GC nas áreas de Gestão e Administração Pública, bem como identificar direções de estudos futuros. A justificativa para a escolha do foco em Gestão Pública é a importância que a GC tem para a solução de problemas públicos complexos, endereçando soluções para situações em que as iniciativas individuais não conseguiriam alcançar êxito (Ansell; Gash, 2008; Bryson *et al.*, 2021; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; McQuaid, 2010; Provan; Kenis, 2008).

Para o alcance do objetivo traçado, realizamos uma busca de artigos nas bases Web of Science e Scopus em fevereiro de 2022. Partimos de uma pesquisa ampla em todos os campos disponíveis nas bases e refinamos essa pesquisa posteriormente, chegando a 437 artigos para a análise. Os resultados da bibliometria contribuem para o campo de estudos de GC na medida em que sintetizam os avanços do campo e oferecem sugestões para estudos futuros.

Governança colaborativa: conceitos centrais

A governança colaborativa é um arranjo institucional em que parceiros trabalham juntos com objetivos conjuntos para o alcance de resultados compartilhados (McQuaid, 2010; Vangen; Hayes; Cornforth, 2014). As parcerias não formais podem ser consideradas como GC desde que os seus objetivos sejam compartilhados e os esforços depreendidos apontem para a mesma direção (Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; Leach, 2006). Outras características também podem ser consideradas como básicas para que uma iniciativa seja considerada uma GC:

“As parcerias reúnem uma coalizão de interesses provenientes de mais de um setor para gerar acordo; as parcerias têm objetivos comuns e uma estratégia para alcançá-los; as parcerias compartilham riscos, recursos e habilidades; as parcerias alcançam benefício mútuo e sinergia.” (Hutchinson; Campbell, 1998, p. 9)

As GC oferecem uma série de benefícios para os parceiros que participam efetivamente de sua constituição e desenvolvimento (Ansell; Gash, 2008; Bryson; Crosby; Stone, 2006; Dyer; Singh; Hesterly, 2018; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; McQuaid, 2010; Wang; Ran, 2023). Esses benefícios incluem pensar em soluções políticas flexíveis, facilitar a inovação e a avaliação, e compartilhar conhecimentos, perícia e recursos, entre outros. Um ponto central é a colocação em comum dos recursos, obtendo sinergia da relação com os parceiros para o alcance de objetivos mais complexos (Bryson *et al.*, 2021; McQuaid, 2010; Wegner; Verschoore, 2021).

Para entendermos melhor o que é a GC, primeiro necessita-se definir o que é governança: “[...] não é apenas fazer as regras, mas também fazer cumprir as regras” (Wegner; Verschoore, 2021, p. 2). Outra definição, apresentada por Emerson, Nabatchi e Balogh (2012), aponta que “‘governança’ refere-se ao ato de governar, seja no setor público ou privado. Mais especificamente, governança é um conjunto de atividades de coordenação e monitoramento que permite a sobrevivência da parceria ou instituição colaborativa” (p. 2). Essas definições indicam que a governança está na base do sucesso ou insucesso da parceria. Assim, define-se governança como uma forma de organizar os diversos aspectos de tal forma que os resultados esperados aconteçam. Nesse caso, a governança se aproxima da ideia do *strategizing* na busca da criação de valor público (Bryson; Crosby; Seo, 2020; Bryson *et al.*, 2021; Bryson; George, 2020).

Partindo das vantagens que a GC pode proporcionar na solução dos problemas complexos e da definição de governança apresentada, uma definição de GC com uma visão mais ampliada é defendida por Emerson, Nabatchi e Balogh (2012):

“Definimos governança colaborativa amplamente como os processos e estruturas de tomada de decisão e gestão de políticas públicas que envolvem as pessoas de forma construtiva através das fronteiras de agências públicas, níveis de governo e/ou esferas pública, privada e cívica para realizar um propósito público, que de outra forma não poderia ser realizado.” (p. 2)

Outra definição abrangente é a de Agranoff e McGuire (2003) *apud* O’Leary e Vij (2012, p. 508). Essa definição procura colocar todos os atores e stakeholders juntos para o atingimento de um objetivo:

“A gestão pública colaborativa é um conceito que descreve o processo de facilitar e operar em arranjos multiorganizacionais para resolver problemas que

não podem ser resolvidos ou facilmente resolvidos por organizações únicas. Colaborativo significa colaborar, para atingir objetivos comuns, muitas vezes trabalhando além das fronteiras e em relacionamentos multissetoriais e multiatores. A colaboração é baseada no valor da reciprocidade e pode incluir o público.” (Agranoff; McGuire, 2003)

No entanto, outros autores apontam para outra direção, só considerando como GC quando existe um arranjo formal de parceria.

“Um arranjo de governo onde uma ou mais agências públicas envolvem diretamente interessados não estatais em um processo de tomada de decisão coletiva que é formal, consensual e deliberativo e que visa fazer ou implementar políticas públicas ou gerenciar programas ou ativos públicos.” (Ansell; Gash, 2008, p. 544)

Definições mais estreitas de arranjos de GC geram grande impacto, excluindo iniciativas com resultados que efetivamente causam mudança para as comunidades e para toda a sociedade. Bryson e colaboradores são exemplos de autores que adotam uma definição mais restritiva (Bryson; Crosby; Stone, 2006; 2015). No entanto, eles acabam por incorporar elementos mais abrangentes em seus modelos, como a dependência da participação de coalizões da sociedade civil para que inovações disruptivas aconteçam e produzam os resultados que modificam questões complexas e profundas em uma sociedade (Bryson; George, 2020; Bryson; Crosby; Seo, 2020; Bryson et al., 2021).

Observando as definições e a forma como elas são aplicadas nos diversos estudos, vemos uma profusão de posições, com alguns autores adotando a definição de Ansell e Gash (2008) e outros adotando a definição de Emerson, Nabatchi e Balogh (2012). Contudo, com o ganho de destaque dado à sociedade civil pelos novos arranjos de GC, é necessária adotar uma definição mais alargada para incorporar esse novo ator dentro do processo (Bryson; Crosby; Seo, 2020; Bryson et al., 2021; Koelebe, 2019; Lang; Brüesch, 2019; Saglie; Sivesind, 2018). Isso acontece porque a sociedade civil é a destinatária final dos valores públicos gerados pelas parcerias, sendo eles produtos ou serviços, que se deseja fornecer na busca por soluções de problemas complexos existentes na própria sociedade (Doberstein, 2015; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; Lang; Brüesch, 2019). Assim, ser formalizado ou não é pouco importante para os destinatários das soluções geradas, principalmente se considerarmos que para gerar valor público não é necessária uma formalização das parcerias, mas sim almejar um propósito público comum como norteador das ações tomadas (Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; McQuaid, 2009).

Procedimentos metodológicos

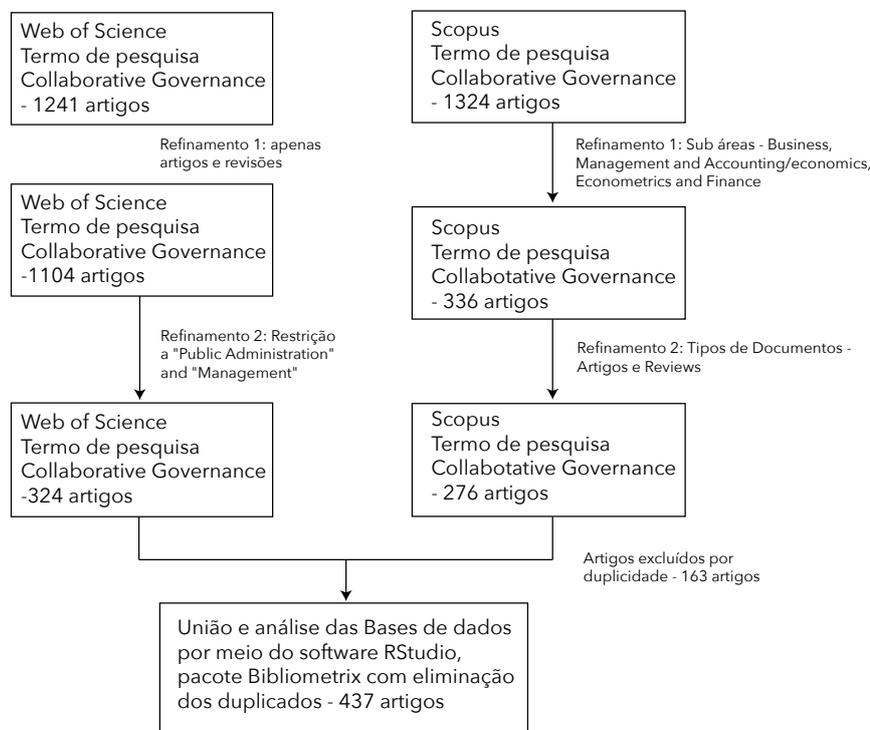
Iniciou-se a pesquisa bibliométrica aqui reportada realizando uma busca, em fevereiro de 2022, nas bases Web of Science (WoS) e Scopus, utilizando o termo de pesquisa “*collaborative governance*”, aplicado a todos os campos de pesquisa que as bases utilizam para encontrar artigos. Na WoS, foram identificados 1.241 artigos para o período de 2013 a 2022. Ao restringir a pesquisa a artigos publicados em revistas científicas e revisões, retornou 1.104 artigos. Uma segunda rodada de refinamento resultou em 324 artigos, quando restringido aos campos de “*Public Administration*” e “*Management*”.

Já na base Scopus, utilizando o mesmo termo de pesquisa para o período de 2011 a 2022, identificaram-se 1.324 artigos. Uma primeira rodada de refinamentos resultou em 336 artigos, considerando apenas as subáreas "Business, Management and Accounting" e "Economics, Econometrics and Finance". Uma segunda rodada de refinamento resultou em 276 artigos, quando restringido a apenas dois tipos de documentos: artigos e revisões.

Após esses refinamentos, as bases com os metadados dos artigos selecionados foram baixadas como arquivo "bibtext", incluindo os *abstracts*. Os meta dados foram carregados no pacote bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017), rodado no software "R" 4.0.6. por meio da interface RStudio 1.3.1093. A execução do *script* de junção das bases identificou 132 artigos duplicados, eliminando-os. O resultado final selecionado para a análise bibliométrica foi de 437 artigos e revisões.

A Figura 1 sintetiza as etapas de realização de buscas nas bases de dados e a quantidade de artigos encontrados.

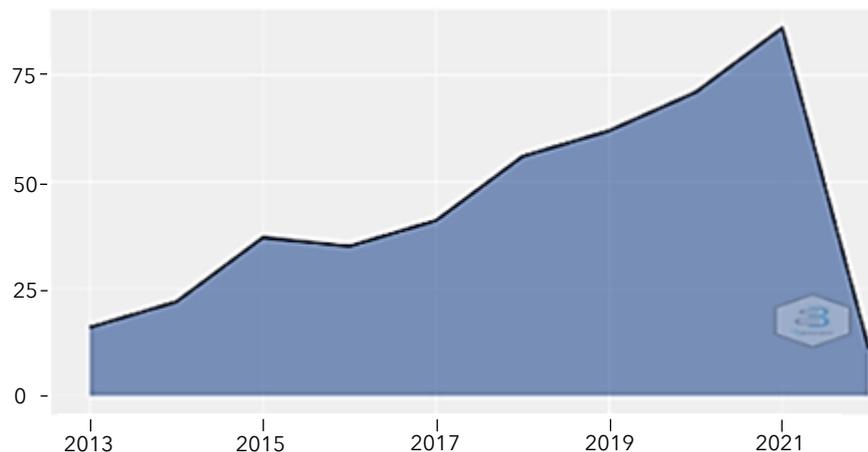
FIGURA 1. Representação da seleção de artigos para a pesquisa sobre "Collaborative Governance".



Fonte: elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A distribuição temporal dos artigos selecionados indica um tema em ascensão. O crescimento é consistente, indicando sua importância e popularização entre os pesquisadores do campo da gestão pública (Figura 2). O número de artigos publicados sobre CG mais do que dobrou entre 2017 (41 artigos) e 2021 (86 artigos). A publicação de modelos teóricos nos anos de 2008 (Ansell; Gash, 2008) e 2012 (Emerson *et al.*, 2012) trouxeram a base teórica necessária para que estudos se multiplicassem nos anos seguintes, amplificando o impacto da temática. Dos 437 artigos analisados, 230 artigos citam de forma direta o artigo elaborado por Emerson *et al.* (2012).

FIGURA 2. Tabela de Produção Científica Anual e Artigos por Ano.

ARTIGOS POR ANO	
ANO	ARTIGOS
2013	16
2014	22
2015	38
2016	35
2017	41
2018	56
2019	62
2020	71
2021	86
2022	11

Fonte: Elaborado pelos autores no Biblioshiny (Aria; Cuccurullo, 2017).

Realizou-se também uma análise de *performance* da CG, Tabela 1 (Donthu *et al.*, 2021). Essa indicou 425 artigos publicados diretamente em revistas científicas (*journals*), tanto internacionais, como nacionais, e 12 artigos de revisões. No total, 826 autores contribuíram para o campo de estudos, sendo que alguns aparecem em mais de um artigo.

TABELA 1. Métricas de Análise de desempenho.

MÉTRICAS RELACIONADAS À PUBLICAÇÃO	
Total de publicações (TP)	437
Artigos	425
Revisões	12
Número de autores contribuintes (NCA)	826
Aparições do autor	1029
Publicações de autoria única (SA)	106
Publicações em coautoria (CA)	720
Número de anos ativos de publicação (NAY)	2013:2022
Produtividade por ano ativo de publicação (PAY)	4,37
MÉTRICAS RELACIONADAS À CITAÇÃO	
Referências	216000

continua...

MÉTRICAS RELACIONADAS À CITAÇÃO	
Keywords Plus (ID)	1064
Keywords dos autores (DE)	1235
MÉTRICAS RELACIONADAS À CITAÇÃO E PUBLICAÇÃO	
Documentos de autoria única	106
Documentos por autor	0,529
Autores por documento	1,89
Índice de colaboração (IC)	2,24
Coeficiente de colaboração (CC)	2,35
Número de publicações citadas (NCP)	6717
Média de anos de publicação	3,73
Média de citações por documento	15,37
Média de citações por documento por ano	2,65

Fonte: elaboração própria no Biblioshiny (Aria; Cuccurullo, 2017).

A parceria em estudos de GC é importante, tendo apenas 106 artigos com um único autor. Essa constatação é fundamental, pois pesquisar no campo da GC é algo complexo e que demanda um esforço muito grande dos pesquisadores, principalmente na coleta de dados. Essa percepção é corroborada pela iniciativa de um grupo de pesquisadores ligados à Universidade de Utrecht, que criaram um banco de dados público de casos de GC para que pesquisadores contribuam com seus casos e os demais possam se beneficiar das informações e avançar as pesquisas no campo (Douglas *et al.*, 2020).

Também na Tabela 1, os dados de métricas relacionadas a citação e publicação indicam que a média de autores por documento é de 1,89, ou seja, ao mesmo tempo que temos poucos artigos com autores únicos (106), os artigos não apresentam muitos autores como acontece em alguns campos de estudos, sendo a média algo próximo a dois autores. As maiores contribuições para o campo vêm de estudos realizados por estudantes e seus orientadores, inclusive os artigos mais citados que são do Ansell e Gash (2008) e Emerson, Nabatchi e Balogh *et al.* (2012).

A quantidade média de citações por documento, 15,37 citações, também é outro ponto interessante para a análise. Essa média, em conjunto com a média de 2,36 citações por documento por ano, mostra como os artigos que pertencem à amostra são importantes para o campo. Além disso, esses números apontam para um campo coerente e que se autoalimenta, procurando avançar de forma consistente ao se apoiar nos trabalhos anteriores para avançar a temática.

Mapeamento do campo de estudos

Continuando a análise temos o mapeamento do campo de estudos. Nessa análise, começamos com os autores mais citados. Uma constatação importante é que os autores com mais artigos publicados, nem sempre são os mais citados. A quantidade de artigos publicados aparece para autores que estão testando as teorias apresentadas por outros autores, seu compromisso é com o desenvolvimento constante do campo de estudo e não com a criação de novas teorias (Bartz *et al.*, 2021; Wang; Ran, 2023). A contribuição desses artigos é marginal para a construção de novas teorias e modelos, mas é central para que o campo avance empiricamente. Assim, os autores com mais trabalhos dentro do campo

são Torfing com 11 artigos e Scott com 10 artigos. Os dois autores mais importantes quando observado sua produção por Artigos Fracionados são Scott com 6,33 e Ansell, com 4,75. Ansell é um dos autores que primeiro desenvolveu o modelo conceitual de GC, com seu artigo seminal de 2008 junto com Gash, contudo, ele continuou a pesquisar no campo, inclusive aplicando o modelo (exemplo: Torfing; Ansell, 2017).

A lista com os autores mais prolíficos é apresentada na Tabela 2.

TABELA 2. **Lista de autores com mais artigos publicados**

AUTORES COM MAIS PRODUÇÕES			
AUTOR	ARTIGOS POR AUTOR	AUTOR	ARTIGOS FRACIONADOS
1 TORFING J	11	SCOTT T	6,33
2 SCOTT T	10	ANSELL C	4,75
3 ANSELL C	9	TORFING J	4,2
4 SØRENSEN E	8	SØRENSEN E	3,17
5 DOUGLAS S	6	KOEBELE E	3
6 THOMAS C	5	ULIBARRI N	3
7 ULIBARRI N	5	THOMAS C	2,33
8 FISCHER M	4	SIDDIKI S	2,25
9 HOWLETT M	4	DOUGLAS S	2
10 NEWIG J	4	O'BOYLE I	2

Já os artigos que encabeçam a lista dos mais citados são os que apresentam os modelos de análise da GC e são considerados seminais (Tabela 3). O primeiro da lista é o de Ansell e Gash (2008), que apresenta o primeiro *framework* e modelo dentro do campo de estudo. O segundo mais citado é o de Emerson, Nabatchi e Balogh (2012) que amplia a discussão tanto do modelo como da definição do que é uma GC. Esses dois artigos reunidos são a base teórica e hipotética usada pela maioria dos pesquisadores para a realização de seus trabalhos.

TABELA 3. **Artigos mais citados localmente nas referências de outros artigos da amostra.**

ARTIGOS MAIS CITADOS EM REFERÊNCIAS DE OUTROS ARTIGOS DA BASE DE DADOS SELECIONADA		
REFERÊNCIAS CITADAS	DOI	CITAÇÕES
1 Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i> , 18(4), 543-571.	DOI 10.1093/JOPART/MUM032	207
2 Emerson, K., Nabatchi, T., & Balogh, S. (2012). An integrative framework for collaborative governance. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i> , 22(1), 1-29.	DOI 10.1093/JOPART/MUR011	136
3 Provan, K. G & Kenis, P. (2008) Modes of Network Governance: Structure, Management, and Effectiveness. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i> , 18, 229-252.	DOI 10.1093/JOPART/MUM015	71
4 Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Stone, M. M. (2006). The design and implementation of Cross-Sector collaborations: Propositions from the literature. <i>Public Administration Review</i> , 66, 44-55	DOI 10.1111/J.1540-6210.2006.00665.X	64

continua...

ARTIGOS MAIS CITADOS EM REFERÊNCIAS DE OUTROS ARTIGOS DA BASE DE DADOS SELECIONADA

5	Emerson, K., & Gerlak, A. K. (2014). Adaptation in Collaborative Governance Regimes. <i>Environmental Management</i> , 54(4), 768-781.	DOI 10.1007/s00267-014-0334-7	53
6	Thomson, A. M. & Perry, J. (2006). Collaboration processes: Inside the black box. <i>Public Administration Review</i> , 66, 20-32	DOI 10.1111/J.1540-6210.2006.00663.X	45
7	Bryson, J. M., Crosby, B. C., & Stone, M. M. (2015). Designing and implementing cross-sector collaborations: Needed and challenging. <i>Public Administration Review</i> , 75(5), 647-663	DOI 10.1111/PUAR.12432	33
8	Purdy, J. M. (2012). A framework for assessing power in collaborative governance processes. <i>Public Administration Review</i> , 72(3), 409-417.	DOI 10.1111/J.1540-6210.2011.02525.X	27
9	Johnston, E. W., Hicks, D., Nan, N., & Auer, J. C. (2010). Managing the Inclusion Process in Collaborative Governance. <i>Journal of Public Administration Research and Theory</i> , 21(4), 699-721	DOI 10.1093/JOPART/MUQ045	26
10	Emerson, K., & Nabatchi, T. (2015). Evaluating the productivity of collaborative governance regimes: A performance matrix. <i>Public Performance & Management Review</i> , 38(4), 717-747	DOI 10.1080/15309576.2015.1031016	25

Fonte: elaboração própria no Biblioshiny (Aria; Cuccurullo, 2017).

O artigo de Ansell e Gash (2008) apresenta um primeiro modelo de GC, procurando organizar as ideias e estudos anteriores dentro de um campo ainda incipiente. O modelo apresentado é mais simples e sua estrutura ainda não incorpora todos os elementos posteriormente considerados como fundamentais para a GC. Como uma extensão desse primeiro modelo, Emerson, Nobatchi e Balogh (2012) propõem um modelo analítico muito melhor estruturado e com elementos mais completos. Apesar desse modelo ainda não incorporar a importante participação da sociedade e dos mecanismos necessários a essa participação, como apontado por Bryson, Crosby e Patton (2020) e Bryson *et al.* (2021), ele já mostra a base que será utilizada nos anos seguintes para que o campo avance.

Provan e Kenis (2008), outro artigo muito citado, desenvolvem o tema de *network governance* (NG). Esse tema é muito próximo de GC, chegando ser utilizado como sinônimos dentro do estudo da Gestão Pública (Wang; Ran, 2023). Essa é outra questão importante, pois o NG apresenta muitas nuances iguais à GC, levando a um uso intercambiável do tema. Contudo, a NG é apresentada como tipológica, enquanto a CG é *muito mais um modelo conceitual. Além disso, ambas refletem o desejo enraizado da construção de soluções para os problemas públicos de forma colaborativa, envolvendo toda a sociedade. Por fim, elas apresentam uma grande quantidade de paradoxos normativos e empíricos que necessitam de soluções* (Wang; Ran, 2023), abrindo avenidas de pesquisas futuras importantes.

Bryson, Crosby e Stone (2006) publicaram outro artigo bastante citado, reportando um olhar mais estratégico para o estudo da GC. Isso também acontece nos artigos mais recentes em que Bryson participa como autor, publicados em 2020 e 2021. Esse olhar estratégico é apontado como fundamental para desarraigar os poderes e interesses entrincheirados que lutam contra a efetividade das soluções desenvolvidas pelas GC (Bryson; Crosby; Seo, 2020). Sem esse

olhar estratégico, que procura incorporar diversos atores e a sociedade na busca de soluções disruptivas, a efetividade não pode ser alcançada. Para Bryson, Crosby e Seo (2020) e Bryson et al. (2021), uma GC que procura solucionar problemas complexos terá maior probabilidade de falhar em seu objetivo do que em produzir soluções realmente efetivas; por isso é tão importante a inclusão da sociedade civil por meio de coalizões.

Assim, a análise dos artigos mais citados nos mostra a importância de estudos teóricos e modelos hipotéticos para um campo de estudo específico. Essa contribuição amplia as possibilidades e constrói a base a partir da qual o campo evolui.

Aplicando a lei de Bradford de 1936 (Brookes, 1977), identificou-se que nove periódicos (*journals*) (Tabela 4) concentram a maioria dos artigos publicados na área. Esses periódicos também são os que publicaram os artigos mais citados do campo, indicando a sua importância para o desenvolvimento do estudo da GC. Além disso, esses periódicos têm os maiores índices de citação dentro de suas áreas de publicação (*Journal Citation Reports - JCR, Association of Business Scholars - ABS, Scientific Journal Rankings - SJR*), o que indica uma busca deliberada dos autores pelos melhores artigos, principalmente por sua maior exposição perante outros pesquisadores. Esse movimento de procura por periódicos com altos índices de citação, feito pelos pesquisadores com pesquisas mais relevantes, acaba por gerar um ciclo de autorreforço. Assim, essa pode ser uma métrica bastante questionável e contestável, pois leva a uma concentração de publicações em poucos periódicos, gerando uma obrigatoriedade dos pesquisadores de determinado campo publicarem nesses periódicos para terem seus trabalhos reconhecidos e mais frequentemente citados.

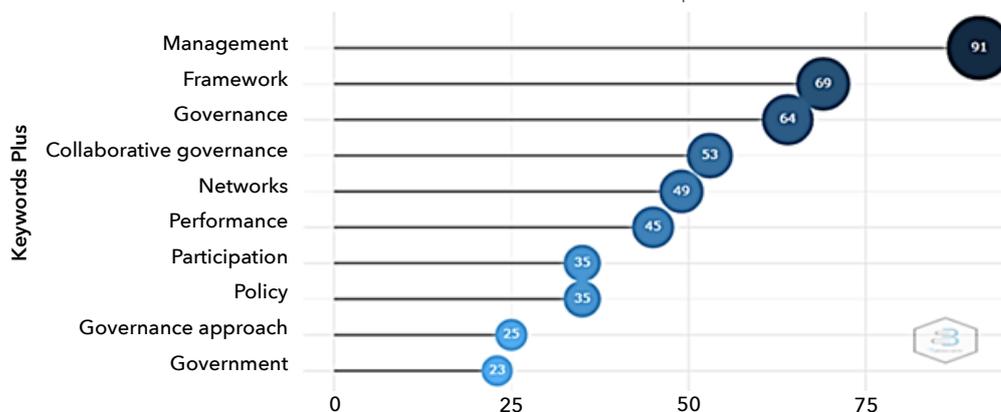
TABELA 4. **Periódicos com o maior número de artigos publicados (lei de Bradford)**

LEI DE BRADFORD					
	PERIÓDICO	RANQUE	FREQ	FREQ ACUM	ZONA
1	PUBLIC MANAGEMENT REVIEW	1	24	24	Zona 1
2	JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION RESEARCH AND THEORY	2	22	46	Zona 1
3	POLICY STUDIES JOURNAL	3	17	63	Zona 1
4	ADMINISTRATION & SOCIETY	4	16	79	Zona 1
5	PUBLIC ADMINISTRATION REVIEW	5	16	95	Zona 1
6	JOURNAL OF CLEANER PRODUCTION	6	15	110	Zona 1
7	AMERICAN REVIEW OF PUBLIC ADMINISTRATION	7	13	123	Zona 1
8	POLICY AND SOCIETY	8	13	136	Zona 1
9	INTERNATIONAL JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION	9	10	146	Zona 1
10	POLICY AND POLITICS	10	10	156	Zona 2
11	INTERNATIONAL JOURNAL OF PUBLIC SECTOR MANAGEMENT	11	9	165	Zona 2
12	PUBLIC PERFORMANCE & MANAGEMENT REVIEW	12	9	174	Zona 2

Fonte: elaboração própria no Biblioshiny (Aria; Cuccurullo, 2017).

Os periódicos *Public Management Review*, *Journal of Public Administration Research and Theory* e *Public Administration Review* são considerados os mais importantes e mais influentes dedicados à área de gestão pública. O fato de esses periódicos serem os que mais publicam sobre GC ratifica sua relevância para o campo da gestão pública. É importante notar que outros periódicos, como *Journal of Cleaner Production*, também têm interesse pelo tema. Isso pode estar ligado ao fato da GC incluir a iniciativa privada em seu escopo de estudo. Outro campo que se interessa pelo estudo da GC é a política, aqui representado por alguns periódicos como *Policy Studies Journal* que aparece como o terceiro com mais publicações ou *Policy and Society* que aparece como o oitavo com mais publicações. Uma análise mais aprofundada dos artigos listados na pesquisa pode ser realizada por meio da contagem de palavras, *co-word analysis*, procurando identificar os principais temas tratados dentro do campo (Figura 3).

FIGURA 3. Palavras mais relevantes na análise das palavras-chave.



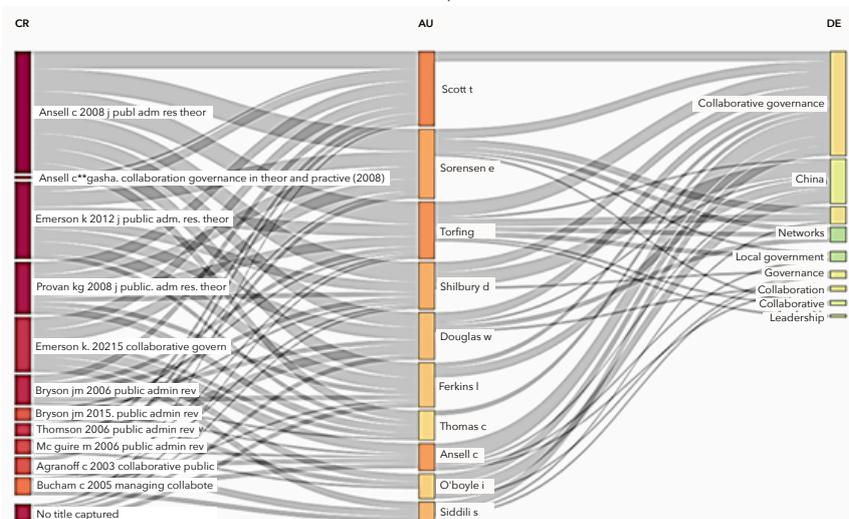
Fonte: elaborado pelos autores no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

A primeira análise realizada foi sobre os principais termos utilizados nas palavras-chave dos 437 artigos da nossa base selecionada (Emich *et al.*, 2020). Essa análise identificou que a palavra ou termo mais citado era "management", com 91 citações. A segunda foi "framework" com 69 e a terceira foi "collaborative governance" com 64 citações. Isso indica que as principais palavras usadas para a procura e indexação dos artigos estão muito ligadas à ideia de gestão e construção de teorias que expliquem como a GC se comporta perante os desafios que enfrenta. A busca pela construção de teorias é algo central para qualquer campo de pesquisa; no entanto, testar essas teorias pode ser uma lacuna importante para solucionar os problemas enfrentados e gerar um conhecimento empiricamente validado dentro de uma visão prática de fazer ciência (Carrieri; Correia, 2020; Petriglieri, 2020).

Uma análise complementar é apresentada na sequência em que são relacionados os principais artigos citados (CR - Cited Resource), os autores com mais artigos publicados que citaram essas pesquisas (AU - Authors) e os assuntos mais frequentemente tratados pelos autores com maior produção (DE - Keywords). Dessa análise, vê-se que os artigos mais citados são aqueles que apresentam os conceitos e modelos que norteiam o campo de estudo (Bryson; Crosby; Stone, 2006; Ansell; Gash, 2008; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; Emerson; Nabatchi, 2015; Provan; Kenis, 2008). Como o trabalho desses autores é considerado seminal, a citação desses artigos acaba por ser quase uma obrigação por parte dos pesquisadores que desejam realizar trabalhos sobre o assunto.

Uma segunda inferência importante são as palavras ou temas principais que esses autores estão estudando em suas pesquisas. Diferentemente da análise anterior (Figura 3), na análise apresentada na Figura 4, são considerados apenas os artigos relacionados a cada autor. Os resultados mostram, em primeiro lugar, o termo “*collaborative governance*”. Esse termo sempre será o mais citado por ser usado na pesquisa de nossa amostra. O segundo termo que aparece é “China”, mostrando um interesse de diversos pesquisadores nas características da gestão pública chinesa, que, devido a suas peculiaridades de arranjos institucionais, tende a ser um campo de estudo relevante para a exploração de novos modelos. O terceiro termo que aparece é “*network*”. Esse termo é correlato com a GC, sendo frequentemente usado como *network Collaborative - NC*. O estudo de Wang e Ran (2023) procura comparar os dois temas e verificar as suas diferenças e similaridades como apresentado anteriormente.

FIGURA 4. Comparação entre autores com mais artigos publicados, artigos mais citados e termos mais frequentemente utilizados.



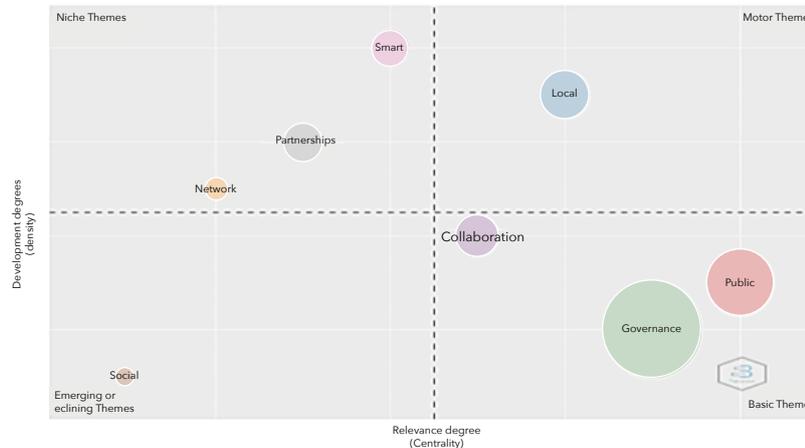
Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

Apenas no quarto termo mais citado, “*local government*”, é que temos relação entre os temas dessa análise (Figura 4) e os temas mais citados de forma geral na base de dados analisada (Figura 3). Nesse caso, o achado indica uma proeminência de trabalhos que estão preocupados com questões que envolvem os governos locais. Clark (2020), entre muitos outros autores, aponta que, sem o envolvimento dos governos locais, as possibilidades de sucesso nas GC diminuem muito, pois esses entes estão mais próximos dos cidadãos e poderiam identificar com mais clareza os problemas públicos complexos e as possibilidades de solução mais adequadas (Esposito; Ricci; Sancino, 2020; Fitzgerald *et al.*, 2021; Liu *et al.*, 2021; Russell *et al.*, 2021). Além disso, a participação das coalizões da sociedade civil, como indicado por Bryson *et al.* (2021), são essenciais para a construção de soluções disruptivas e que realmente gerem inovações.

Ainda em relação aos assuntos mais importantes estudados dentro da análise dos artigos, a Figura 5 analisa os artigos publicados de 2013 a 2017, e a Figura 6 analisa os artigos publicados de 2018 a fevereiro de 2022. Essas duas figuras fazem uma análise das palavras dos títulos dos artigos, localizando-as em quatro quadrantes. O primeiro quadrante (*Emerge or Declining Theme*) aponta para os temas que estão emergindo ou decrescendo de importância nos artigos

analisados. O segundo quadrante (*Basic Theme*) demonstra os temas que estão figurando como a base dos diversos estudos analisados. O terceiro quadrante (*Niche Theme*) mostra os temas que estão sendo tratados dentro de nichos específicos. Já o quarto quadrante (*Motor Theme*) mostra os temas que estão puxando as novas pesquisas no período analisado.

FIGURA 5. Evolução temática para o período de 2013 a 2017.



Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

FIGURA 6. Evolução temática para o período de 2018 a 2021.



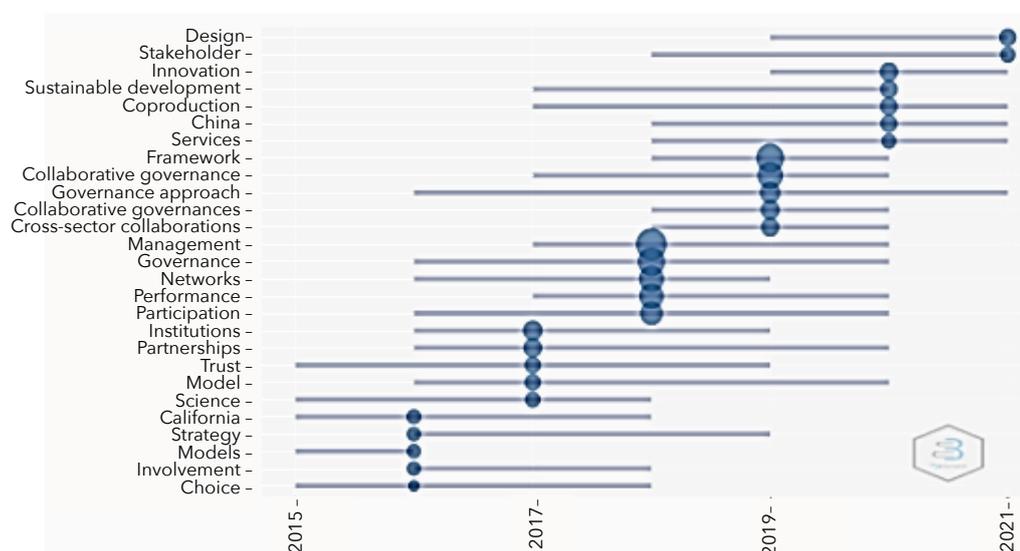
Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

Da análise da comparação da Figura 5 com a Figura 6, o que mais chama a atenção é a importância que o tema "social" ganha com o passar do tempo. Quando se olha para ele na Figura 5, aparece no primeiro quadrante como emergente. A análise da Figura 6 aponta que "social" já se tornou tanto um tema motor para as pesquisas como um tema básico. O achado aponta a importância do social para a GC. Um ponto importante aqui é que os trabalhos seminais identificados na análise anterior (Ansell; Gash, 2008; Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012; Emerson; Nabatchi, 2015; Provan; Kenis, 2008; Bryson; Crosby; Stone, 2006), não apresentam essa questão da incorporação da sociedade como motor e base para as GC. Isso indica uma necessidade de ampliação dos *frameworks*, incorporando a participação social no processo de análise das GC, a partir de uma proposta de atualização dos modelos existentes.

Um segundo tema que chama a atenção é o termo “local” que aparece em ambos os períodos dentro do quarto quadrante, *Motor Themes*. Ele aparece com frequência nas análises anteriores associado à “government”, indicando sua centralidade dentro dos artigos. O “local”, ao ser posicionado no quadrante dos *Motor Themes*, aparece como um impulsionador das pesquisas e dos resultados das GC, alinhado com a visão de que a GC é primordialmente uma iniciativa que deve envolver o governo local (Clark, 2020; Esposito; Ricci; Sancino, 2020; Fitzgerald et al., 2021; Liu et al., 2021; Russell et al., 2021).

Realizou-se, também, a análise das palavras-chave (keywords), procurando indicar a tendência que o campo está tomando em seus estudos (Figura 7). Essa análise aponta para o uso mais recente de palavras chaves como “design”, “stakeholder” e “innovation”. Esses são assuntos que estão surgindo dentro do campo e que indicam a influência de novas descobertas em outros campos de estudo, como a construção de conhecimento por meio do design, muito defendido por Barzelay (2019) em seu livro de “casos orientados ao design”.

FIGURA 7. Tendência de uso das palavras-chave nos artigos.



Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria and Cuccurullo, 2017).

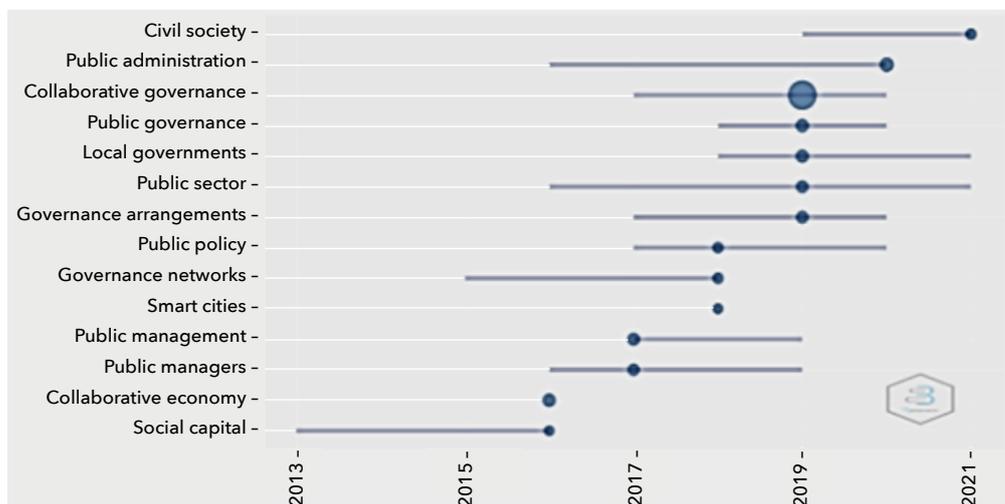
A questão dos *stakeholders* e a forma como eles lidam com a GC também é muito importante para o campo, pois suas características e expectativas têm papel fundamental na condução e nos resultados da colaboração (Bitterman; Koliba, 2020; Krogh, 2020; Scott; Thomas; Magallanes, 2018). Essas características são muito importantes para todas as fases do processo, inclusive para elementos chaves como o contexto, o *collaborative governance regime* (Emerson; Nabatchi; Balogh, 2012), a liderança (Scott; Thomas; Magallanes, 2018), a geração de conhecimento (Ansell; Gash, 2017; Wang; Ran, 2023; Leach et al., 2013), os resultados (Bryson; Crosby; Stone, 2006; Dyer; Singh; Hesterly, 2018; Wegner; Verschoore, 2021) e o *Strategizing* (Bryson; George, 2020; George; Walker; Monster, 2019; George, 2020).

Outra palavra-chave importante é “innovation”. Segundo Dyer, Singh e Hesterly (2018) e Emerson e Gerlak (2014), toda colaboração tem um ciclo de vida que termina normalmente quando os conhecimentos e os motivadores ligados ao contexto que levaram àquela parceria são assimilados pelos parceiros.

Essa assimilação acaba por reduzir o impulso e a motivação para a colaboração, que passa a sofrer as consequências tanto externas como internas, gerando diversos custos que inicialmente não existiam ou eram diluídos pela parceria. Para que a colaboração tenha maior impulso de continuidade, a geração de novos conhecimentos é essencial (Ansell; Gash, 2017; Hartley; Sørensen; Torfing, 2013). Esses conhecimentos levam à geração de inovação e à produção de novo impulso no sentido de manter a colaboração (Dyer; Singh; Hesterly, 2018).

Em relação aos termos mais citados nos resumos (Figura 8), vemos uma tendência em que a *"civil society"* aparece como um importante elemento de tendência para os últimos anos. Esse é um ponto muito importante introduzido por Bryson, Crosby e Seo (2020) que colocam a participação da sociedade civil como essencial para o sucesso da GC. Outro termo importante que aparece na análise como tendência é a questão dos *"local governments"*. Apesar de já tratado anteriormente, um olhar mais local também está muito ligado a uma visão mais pós-moderna da gestão pública, em que a sociedade está mais fragmentada e as ideologias mais amplas perderam sua força (Kumar, 2006).

FIGURA 8. Tendência de uso de palavras que aparecem nos resumos dos artigos.



Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

Os países com maiores produções de estudos em nossa amostra (Tabela 5) são os Estados Unidos da América (EUA) com 125, a China com 33, a Holanda com 28, a Austrália com 22 e o Reino Unido com 19. O Brasil aparece como o 13º colocado com nove artigos internacionais publicados. Esses números mostram a concentração de estudos ainda nos países mais desenvolvidos (Bresser-Pereira, 2006; Chang, 2004).

TABELA 5. Artigos publicados e quantidade de citações por país representado na amostra.

PAÍS	ARTIGOS PUBLICADOS	PAÍS	TOTAL DE CITAÇÕES	MÉDIA DE CITAÇÕES
1 EUA	125	1 EUA	2127	17,02
2 China	33	2 Holanda	1175	41,96
3 Holanda	28	3 Dinamarca	512	32,00

continua...

	PAÍS	ARTIGOS PUBLICADOS		PAÍS	TOTAL DE CITAÇÕES	MÉDIA DE CITAÇÕES
4	Austrália	22	4	Austrália	439	19,96
5	Reino Unido	19	5	China	397	12,03
6	Alemanha	17	6	Canadá	303	21,64
7	Dinamarca	16	7	Reino Unido	248	13,05
8	Itália	16	8	Alemanha	223	13,12
9	Canadá	14	9	Suécia	199	15,31
10	Suécia	13	10	Suíça	149	13,55
11	Suíça	11	11	Singapura	102	25,50
12	Coreia do Sul	10	12	Espanha	94	13,43
13	Brasil	9	13	Itália	91	5,69
14	Espanha	7	14	Coreia do Sul	80	8,00
15	Finlândia	5	15	Brasil	79	8,78

Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

Isso também acontece em relação ao número de citações: primeiro os EUA com 2127 citações, média de 17,02 por artigo publicado; em segundo, a Holanda com 1175 citações, média de 41,96 por artigo; em terceiro lugar, a Dinamarca com 512 citações, média de 32 por artigo; em quarto, a Austrália com 439 citações, média de 19,96 por artigo; e, em quinto, a China com 397, média de 12,03 por artigo. Um ponto interessante nesses números é que, apesar de os EUA ser o país com mais citações totais, pela sua grande produção, a média de citações por artigo é inferior aos outros três países na sequência. Isso mostra que boa parte da produção Norte Americana é de menor impacto que a produção de Holanda, Dinamarca e Austrália.

O Brasil aparece em 15º lugar com 79 citações e uma média de 8,78. Esses números, que apresentam apenas a produção brasileira indexada nos bancos de dados da WoS e da Scopus, mostram que estamos em uma posição mediana tanto de produção como de citações. Apesar de a quantidade de países com algum trabalho produzido e citado ultrapassar 100, a maioria tem pouquíssima produção.

Focalizando a análise sobre a produção brasileira, apresentamos, na Tabela 6, todos os artigos que indicam participação de brasileiros. A citação nacional apurada se concentra em apenas três artigos, sendo que Husted e Sousa-Filho (2017) apresenta 65 citações, 82,28% de todas as citações. O segundo artigo, Vazquez-Brust *et al.* (2020), tem apenas 10 citações, 12,66%, e o terceiro e último artigo, Tonelli *et al.* (2019), tem apenas 4 citações, 5,06%. Mesmo considerando o ano de publicação dos artigos para compensar o número de citações, o artigo de Husted e Sousa-Filho (2017) aparece como o com maior média de citações por ano (13 citações por ano). Um último dado importante é que os dois artigos mais citados foram publicados no periódico *Journal of Cleaner Production* e que não existe nenhum artigo de brasileiros publicados nos principais periódicos da área de administração pública sobre GC.

TABELA 6. Autores brasileiros que aparecem na amostra base do artigo.

ARTIGOS COM AUTORES BRASILEIROS	TOTAL DE CITAÇÕES
Husted, B. W., & Sousa-Filho, J. M. de (2017). The impact of sustainability governance, country stakeholder orientation, and country risk on environmental, social, and governance performance. <i>Journal of Cleaner Production</i> , 155, 93-102. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.10.025	65
Vazquez-Brust, D., Piao, R. S., de Melo, M. F. de S., Yaryd, R. T., & de Carvalho, M. M. (2020). The governance of collaboration for sustainable development: Exploring the "black box." <i>Journal of Cleaner Production</i> , 120260. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120260	10
Tonelli, D. F., Sant'Anna, L., Barcelar Abbud, E., & Aparecida de Souza, S. (2018). Antecedents, process, and equity outcomes: A study about collaborative governance. <i>Cogent Business & Management</i> , 5(1), 1-17. https://doi.org/10.1080/23311975.2018.1469381	4
Guimaraes, A., Cabral, S.; Ribeiro, P. & Cunha, M. (2021) Inovação e colaboração governamental para recuperar veículos roubados e furtados. <i>Administração Pública e Gestão Social</i> , 13 (4), 1-19.	0
Bartz, C. R. F., Baggio, D. K., Ávila, L. V., & Turcato, J. C. (2021). Collaborative Governance: An International Bibliometric Study of the Last Decade. <i>Public Organization Review</i> , 21(3), 543-559. https://doi.org/10.1007/s11115-020-00503-3	0
Freitas, F.C., & Gasperin, D. (2021). Sustainable City Development: A Brazilian Goal Plan Practice. <i>Journal on Innovation and Sustainability RISUS</i> , 12(2), 122-130. https://doi.org/10.23925/2179-3565.2021v12i2p122-130	0
Almeida, L.D., Silveira, R.D., Silva, B.M., Queiroz, J.V., & Oliveira, P.H. (2020). As universidades públicas brasileiras no contexto da pandemia: iniciativas e parcerias no enfrentamento da covid-19. <i>Cadernos Gestão Pública e Cidadania</i> , 25(82), e-82123. https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n82.82123	0
Sant'Anna, L. T., Alcântara, V. de C., Pereira, J. R., Cappelle, M. C. A., & Tonelli, D. F. (2019). Aproximações entre governança colaborativa e ação comunicativa: uma proposta analítica de estudo. <i>Revista De Administração Pública</i> , 53(5), 821-837. https://doi.org/10.1590/0034-761220170400	0
Pessoa, R., Muniz, R., & Ckagnazaroff, I. (2017). Governança colaborativa para pesquisa em saúde: uma análise do desenho do Programa Pesquisa para o SUS. <i>Revista Gestão & Tecnologia</i> , 17(4), 206-231. https://doi.org/10.20397/2177-6652/2017.v17i4.1239	0

Fonte: elaboração própria.

Esses números revelam que a produção nacional ainda não alcançou os grandes periódicos internacionais, ficando muito restrita à audiência nacional. Isso é estampado em nossa amostra, pois dos nove artigos listados, três foram publicados em português e um deles, Guimarães *et al.* (2021), não tem identificador de objeto digital (DOI) registrado. Uma pesquisa simples do termo "governança colaborativa" no Google Acadêmico, site dedicado à localização de trabalhos acadêmicos publicados entre 2012 e 2022 restringindo a procura a sites em português, retorna um resultado de 1.310 trabalhos. Mesmo levando em conta o baixo rigor acadêmico aplicado a essa busca, esse resultado reforça a ideia de uma produção nacional ainda pouco internacionalizada e de baixo impacto.

Um olhar mais aprofundado dos artigos que aparecem na Tabela 6 aponta que o artigo mais citado, Husted e Sousa-Filho (2017), estuda a colaboração para o atingimento de objetivos de implantação de programas e projetos Environment Social Governance (ESG) em empresas. Suas considerações colocam como variáveis independentes a orientação das partes interessadas do país e o risco do país.

Usando a técnica estatística de modelagem de análise hierárquica, o autor identifica que a orientação das partes interessadas pelos contextos dos países gera maior ganho para esses projetos. Esse achado mostra a importância do arranjo institucional do país em que a GC acontece (Avoyan; Tatenhove; Toonen, 2017). Mesmo sem a participação direta do governo em uma GC, seu papel é fundamental na construção de orientações por meio de leis e regras que criam um ambiente favorável à GC (Husted; Sousa-Filho, 2017).

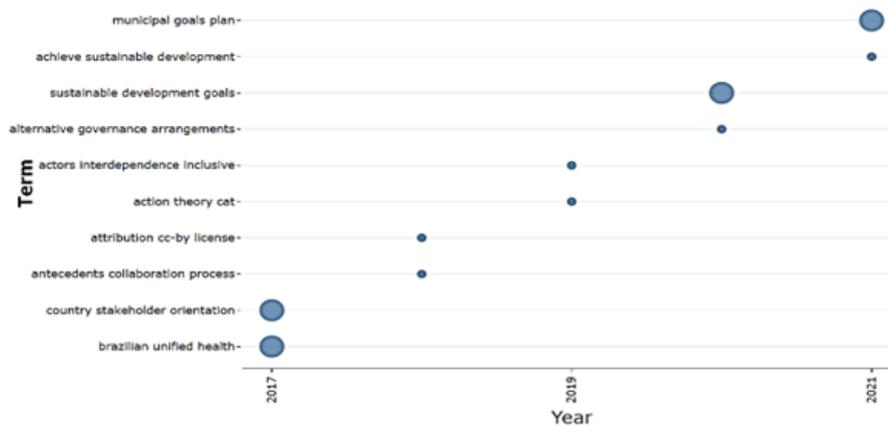
O segundo artigo mais citado, Vazquez-Brust *et al.* (2020), também enfoca a iniciativa privada. Esse foco está em como as empresas podem formar GCs para alinharem seus objetivos e alcançarem com maior eficácia e efetividade os ODS da Organização das Nações Unidas (ONU). O estudo foca em três elementos da governança, Hierarquia, formalização e a centralização, e conclui que apenas eles não são suficientes para o sucesso da iniciativa. O tipo de ODS alvo direciona o tipo de elementos necessários para o sucesso da GC, além de questões ligadas ao tipo de parceiros envolvidos. Todos esses elementos acabam influenciando no tipo de arranjo de governança que melhor desempenha perante os desafios enfrentados.

O terceiro artigo com citações, Tonelli *et al.* (2018), procura realizar uma revisão sistemática sobre GC. No entanto, a base pesquisada para empreender esse trabalho foi muito restrita e com baixa relevância, o que reduz o poder explicativo dos achados apontados pelo artigo, repetindo apenas o que Ansell e Gash (2008) e Emerson, Nabatchi e Balogh (2012) já haviam apresentado. Os demais artigos publicados não receberam nenhuma citação, mesmo com pelo menos um ano desde sua publicação. Essa questão é muito importante, pois indica que a produção nacional sobre GC não está alcançando um público relevante para além do nosso próprio país. Outro ponto importante é que o Brasil tem uma pesquisa volumosa dentro da área de gestão pública, com diversos autores em destaque no cenário mundial; contudo, dentro do tema de GC, nossas produções com maior destaque estão voltadas para a área da gestão privada.

Realizou-se, ainda, a análise dos resumos dos artigos com autores brasileiros para verificar os principais assuntos tratados e as tendências de assuntos ao longo dos anos (Figura 9). Os termos usados com maior frequência são: "*municipal goals plan*" para o ano de 2021; "*sustainable development goals*" para o ano de 2020; e "*country stakeholder orientation*" e "*brazilian unifiield health*" para o ano de 2017. Uma análise desses dados mostra uma orientação dos estudos que começa com problemas mais gerais, como o Sistema Único de Saúde (SUS), em 2017, e termina com um olhar mais centrado nos governos locais com a inclusão da análise de planos municipais e seus objetivos.

Esse movimento passa por um tema muito importante que são os ODS, ou seja, como esses temas podem ser elaborados e mantidos de forma contínua ao longo do tempo. Assim, a GC pode ser uma grande ferramenta para o desenvolvimento e implantação dos ODS, pois envolve tanto a gestão pública como a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, conduzindo os objetivos e esforços em uma única direção (Bryson; Crosby; Seo, 2020; Bryson *et al.*, 2021). Outros termos que aparecem na análise reforçam esse achado, pois estão todos alinhados com a principal característica da GC: o trabalho junto e coordenado na busca sustentável e verdadeiramente efetiva de soluções para os problemas públicos complexos (Bryson *et al.*, 2021; Clark, 2020; McQuaid, 2010; Scott; Thomas; Magallanes, 2018).

FIGURA 9. Palavras mais relevantes na análise dos resumos (trigramas) apenas dos artigos com autores brasileiros.



Fonte: elaboração própria no bibliometrix (Aria; Cuccurullo, 2017).

Conclusões e direções para estudos futuros

A análise bibliométrica desenvolvida apontou para um campo fértil e com ampla necessidade de novos estudos. Assim, identificar as principais características desse campo e as direções em que ainda precisa avançar foi algo proveitoso.

O primeiro achado foi a necessidade de testes empíricos dos diversos aspectos que compõem a GC. O teste empírico de teorias é algo essencial para o avanço do conhecimento; contudo, poucos autores foram identificados comprometidos com essa etapa de construção do conhecimento a partir de trabalhos quantitativos. Esse achado aponta para a necessidade de estudos que construam um conhecimento mais generalizável do ponto de vista empírico/estatístico, possibilitando novos insights para o campo de estudo (Ulibarri *et al.*, 2020; Wang; Ran, 2023). Esses testes empíricos dependem do desenvolvimento de questionários e escalas que acessem os conhecimentos e os dados difundidos pelas organizações e experiências de GC (Bartz *et al.*, 2021; Wang; Ran, 2023).

Trabalhos que sistematizam conhecimento têm mais repercussão no campo (Ansell e Gash, 2008, e Emerson, Nabatchi e Balogh, 2012, são os mais consagrados). Porém, seus modelos sofrem com o passar do tempo à medida que novos estudos sugerem lacunas e limitações. Assim, surgem temas e perspectivas que podem ser melhor tratadas ou incorporadas nos modelos: local/social; *strategizing*; inovação/design. Tudo isso sugere a necessidade de perguntas de pesquisa que possam abordar o que falta aos modelos teóricos propostos, assim como a relação dos elementos, componentes e variáveis desses modelos.

O nível local se destacou como um tema que vem ganhando relevância no campo. O "local", em grande medida, é indissociável do tema "social"; assim, novos estudos poderiam analisar como a GC pode incorporar aspectos de nível local em consonância com o social. As dimensões que se sobressaem na realização de estudos voltados para o nível local de aplicação da GC (social/coalizões, lideranças locais, participação/interação cidadã), ou mesmo que competências adicionais, requerem das estruturas governamentais envolvidas, pode ser um novo caminho para estudos futuros. Além disso, o termo "*stakeholders*" se destacou nas análises, levando a perguntas sobre como "gerir *stakeholders*" em distintos regimes de GC ou como se coloca GC em iniciativas de ESG.

Design e inovação igualmente aparecem como temas motores para o campo de estudos. Futuras pesquisas podem avançar na compreensão sobre como e em que extensão é possível modelar o processo colaborativo, ou como o processo colaborativo se desdobrou e em que medida isso explica o sucesso ou o fracasso da GC. Poderiam, também, observar que elementos do design estratégico podem ser incorporados às experiências de GC para promover resultados mais efetivos.

O destaque do termo China nas análises leva a discussões sobre GC em contextos não democráticos. Pluralidade institucional (estado, mercado e 3º setor) e capital social (associativismo, voz e interação autônoma) são requisitos da GC em regimes democráticos. Porém, como ocorre a GC na China? Ela é Estadocêntrica ou assume outro modelo. Além dessa questão, entender como ocorre a GC em países com 3º setor incipiente e restrições ao associativismo e engajamento cidadão pode gerar novos conhecimentos importantes.

Este artigo objetivou revisar o campo de estudos sobre GC e propor uma agenda de pesquisa. Como principal limitação, destacamos a análise geral analisada, que, embora ofereça importantes insights sobre o campo e a identificação de oportunidades de pesquisa, precisa ser complementada com análises mais aprofundadas dos grupos de estudos e temáticas mapeadas.

REFERÊNCIAS

- AGRANOFF, R.; MCGUIRE, M. **Collaborative public management: New Strategies for Local Governments**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003.
- ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008. <http://doi.org/10.1093/jopart/mum032>
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. *bibliometrix*: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>
- AVOYAN, E.; TATENHOVE, J. P. M. van; TOONEN, H. M. (2017). The performance of the Black Sea Commission as a collaborative governance regime. **Marine Policy**, v. 81, p. 285-292, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.04.006>
- BARTZ, C. R. F.; BAGGIO, D. K.; ÁVILA, L. V.; TURCATO, J. C. Collaborative Governance: An International Bibliometric Study of the Last Decade. **Public Organization Review**, v. 21, n. 3, p. 543-559, 2021. <http://doi.org/10.1007/s11115-020-00503-3>
- BARZELAY, M. **Public Management as a Design-Oriented Professional Discipline**. Northampton, MA: Edward Elgar, 2019.
- BEYERS, F.; LEVENTON, J. Learning spaces in multi-stakeholder initiatives: The German Partnership for Sustainable Textiles as a platform for dialogue and learning? **Earth System Governance**, v. 9, 100113, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.esg.2021.100113>
- BITTERMAN, P.; KOLIBA, C. J. Modeling alternative collaborative governance network designs: An agent-based model of water governance in the Lake Champlain Basin, Vermont. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 30, n. 4, p. 636-655, 2020. <https://doi.org/10.1093/jopart/muaa013>

- BRESSER-PEREIRA L C. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006. https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf
- BROOKES, B. C. Theory of the Bradford Law. **Journal of Documentation**, v. 33, p. 180-209, 1977.
- BRYSON, J. M.; GEORGE, B. Strategic Management in Public Administration. In: **Oxford Research Encyclopedias**. Oxford: Oxford University Press, 2020. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1396>
- BRYSON, J. M.; CROSBY, B. C.; STONE, M. M. The design and implementation of Cross-Sector collaborations: Propositions from the literature. **Public Administration Review**, v. 66, p. 44-55, 2006.
- BRYSON, J. M.; CROSBY, B. C.; STONE, M. M. Designing and implementing cross-sector collaborations: Needed and challenging. **Public Administration Review**, v. 75, n. 5, p. 647-663, 2015. <https://doi.org/10.1111/puar.12432>
- BRYSON, J. M.; CROSBY, B. C.; SEO, D. Strategizing on behalf of social enterprises: the case of the Metropolitan Economic Development Association and Catalyst, **Public Management Review**, v. 24, n. 1, p. 124-141, 2020. <https://doi.org/10.1080/14719037.2020.1798128>
- BRYSON, J. M.; BARBERG, B.; CROSBY, B. C.; PATTON, M. Q. Leading Social Transformations: Creating Public Value and Advancing the Common Good. **Journal of Change Management**, v. 21, n. 2, p. 180-202, 2021. <https://doi.org/10.1080/14697017.2021.1917492>
- CHANG, H-J. **Chutando a Escada**: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo, Brasil: Unesp, 2004.
- CARRIERI, A. de P.; CORREIA, G. F. A. Estudos Organizacionais no Brasil: Construindo Acesso ou Replicando Exclusão? **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v. 60, n. 1, p. 59-63, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200107>
- CLARK, J. K. Public Values and Public Participation: A Case of Collaborative Governance of a Planning Process. **The American Review of Public Administration**, v. 51, n. 3, p. 199-212, 2020.
- COSTUMATO, L. Collaboration Among organizations: a systematic literature review on determinants of interinstitutional performance. **International Journal of Public Sector Management**, v. 34, n. 3, p. 247-273, 2021. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-03-2020-0069>
- DOBERSTEIN, C. Designing Collaborative Governance Decision-Making in Search of a 'Collaborative Advantage'. **Public Management Review**, v. 18, n. 6, p. 819-841, 2015. <https://doi.org/10.1080/14719037.2015.1045019>
- DONTHU, N.; KUMAR, S.; MUKHERJEE, D.; PANDEY, N.; LIM, W. M. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285-296, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>

- DOUGLAS, S.; BERTHOD, O.; GROENLEER, M.; NEDERHAND, J. Pathways to collaborative performance: Examining the different combinations of conditions under which collaborations are successful. **Policy and Society**, v. 39, n. 4, p. 638-658, 2020. <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1769275>
- DYER, J. H.; SINGH, H.; HESTERLY, W. S. The Relational View Revisited: A dynamic perspective on value creation and value capture. **Strategy Management Journal**, v. 39, n. 12 p. 3140-3162, 2018. <https://doi.org/10.1002/smj.2785>
- EMERSON, K.; GERLAK, A. K. Adaptation in Collaborative Governance Regimes. **Environmental Management**, v. 54, n. 4, p. 768-781, 2014. <https://doi.org/10.1007/s00267-014-0334-7>
- EMERSON, K.; NABATCHI, T. Evaluating the productivity of collaborative governance regimes: A performance matrix. **Public Performance & Management Review**, v. 38, n. 4, p. 717-747, 2015. <https://doi.org/10.1080/15309576.2015.1031016>
- EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. An integrative framework for collaborative governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, n. 1, p. 1-29, 2012. <https://doi.org/10.1093/jopart/mur011>
- EMICH, K. J.; KUMAR, S.; LU, L.; NORDER, K.; PANDEY, N. Mapping 50 Years of Small Group Research Through Small Group Research. **Small Group Research**, v. 51, n. 6, p. 659-699, 2020. <https://doi.org/10.1177/1046496420934541>
- ESPOSITO, P.; RICCI, P.; SANCINO, A. Leading for social change: Waste management in the place of social (ir)responsibility. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 2, p. 667-674, 2021. <https://doi.org/10.1002/csr.2078>
- FITZGERALD, C.; ROSENBAACH, F.; HAMEED, T.; DIXON, R.; BLUNDELL, J. New development: Rallying together – The rationale for and structure of collaborative practice in England. **Public Money & Management**, v. 42, n. 5, p. 349-352, 2021. <https://doi.org/10.1080/09540962.2021.1981628>
- GEORGE, B. Successful Strategic Plan Implementation in Public Organizations: Connecting People, Process, and Plan (3Ps). **Public Administration Review**, v. 81, n. 4, p. 793-798, 2020. <https://doi.org/10.1111/puar.13187>
- GEORGE, B.; WALKER, R. M.; MONSTER, J. Does Strategic Planning Improve Organizational Performance? A Meta-Analysis. **Public Administration Review**, v. 79, n. 6, p. 810-819, 2019. <https://doi.org/10.1111/puar.13104>
- GUIMARÃES, A. V.; CABRAL, S.; RIBEIRO, P. F.; COSTA, M. M. Inovação e colaboração governamental para recuperar veículos roubados e furtados. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 4, p. 1-19, 2021. <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i4.12274>
- HAMILTON, M.; LUBELL, M. Collaborative Governance of Climate Change Adaptation Across Spatial and Institutional Scales. **Policy Studies Journal**, v. 46, n. 2, p. 222-247, 2017. <http://doi.org/10.1111/psj.12224>
- HARTLEY, J.; SØRENSEN, E.; TORFING, J. Collaborative Innovation: A Viable Alternative to Market Competition and Organizational Entrepreneurship. **Public Administration Review**, v. 73, n. 6, p. 821-830, 2013. <https://doi.org/10.1111/puar.12136>

- HUSTED, B. W.; SOUSA-FILHO, J. M. de. The impact of sustainability governance, country stakeholder orientation, and country risk on environmental, social, and governance performance. **Journal of Cleaner Production**, v. 155, n. 2, p. 93-102, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.10.025>
- HUTCHINSON, J.; CAMPBELL, M. **Working in partnership: lessons from the literature**. Suffolk: Department for Education and Employment, 1998.
- KOEBELE, E. A. Integrating collaborative governance theory with the Advocacy Coalition Framework. **Journal of Public Policy**, v. 39, n. 1, p. 35-64, 2019. <https://doi.org/10.1017/S0143814X18000041>
- KROGH, A. H. Facilitating collaboration in publicly mandated governance networks. **Public Management Review**, v. 24, n. 4, p. 631-653, 2020. <https://doi.org/10.1080/14719037.2020.1862288>
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- LANG, A.; BRÜESCH, C. Collaborative Governance in Program Implementation: The Development of E-Relocation Notification in the Swiss Canton of Zurich. **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 12, p. 1083-1095, 2019. <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1665681>
- LEACH, W. D. Collaborative Public Management and Democracy: Evidence from Western Watershed Partnerships. **Public Administration Review**, v. 66, n. s1, p. 100-110, 2006.
- LEACH, W. D.; WEIBLE, C. M.; VINCE, S. R.; SIDDIKI, S. N.; CALANNI, J. C. Fostering Learning through Collaboration: Knowledge Acquisition and Belief Change in Marine Aquaculture Partnerships. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 24, n. 3, p. 591-622, 2013. <https://doi.org/10.1093/jopart/mut011>
- LIU, Y.; WU, J.; YI, H.; WEN, J. Under what conditions do governments collaborate? A qualitative comparative analysis of air pollution control in China. **Public Management Review**, v. 23, n. 11, p. 1664-1682, 2021. <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.1879915>
- MCQUAID, R. W. Theory of Organisational Partnerships: partnership advantages, disadvantages and success factors. In: OSBORNE, S. P. (ed.). **The New Public Governance: Critical Perspectives and Future Directions**. London: Routledge, pp. 127-148, 2010.
- O'LEARY, R.; VIJ, N. Collaborative Public Management: Where Have We Been and Where Are We Going? **The American Review of Public Administration**, v. 42, n. 5, p. 507-522, 2012. <https://doi.org/10.1177/0275074012445780>
- PETRIGLIERI, G. F. Science! An Invitation to Humanize Organization Theory. **Organization Theory**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2020. <https://doi.org/10.1177/2631787719897663>
- PROVAN, K. G.; KENIS, P. Modes of Network Governance: Structure, Management, and Effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 2, p. 229-252, 2008. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum015>

- RUSSELL, C.; CLARK, J.; HANNAH, D.; SUGDEN, F. Towards a collaborative governance regime for disaster risk reduction: Exploring scalar narratives of institutional change in Nepal. **Applied Geography**, v. 134, 102516, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2021.102516>
- SAGLIE, J.; SIVESIND, K. H. Civil society institutions or semi-public agencies? State regulation of parties and voluntary organizations in Norway. **Journal of Civil Society**, v. 14, n. 4, p. 292-310, 2018. <https://doi.org/10.1080/17448689.2018.1518769>
- SCOTT, T. A.; THOMAS, C. W.; MAGALLANES, J. M. Convening for Consensus: Simulating Stakeholder Agreement in Collaborative Governance Processes Under Different Network Conditions. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 29, n. 1, p. 32-49, 2018. <https://doi.org/10.1093/jopart/muy063>
- STEELMAN, T.; NOWELL, B.; VELEZ, A-L.; SCOTT, R. Pathways of Representation in Network Governance: Evidence from Multi-Jurisdictional Disasters. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 31, n. 4, p. 723-739, 2021. <https://doi.org/10.1093/jopart/muab004>
- Tonelli, D. F.; Sant'Anna, L.; Abbud, E. B.; Souza, S. A de. Antecedents, process, and equity outcomes: A study about collaborative governance. **Cogent Business & Management**, v. 5, n. 1, 1469381, 2018. <https://doi.org/10.1080/23311975.2018.1469381>
- TORFING, J.; ANSELL, C. Strengthening political leadership and policy innovation through the expansion of collaborative forms of governance. **Public Management Review**, v. 19, n. 1, p. 37-54, 2017. <https://doi.org/10.1080/14719037.2016.1200662>
- ULIBARRI, N.; EMERSON, K.; IMPERIAL, M. T.; JAGER, N. W.; NEWIG, J.; WEBER, E. How does collaborative governance evolve? Insights from a medium-n case comparison. **Policy and Society**, v. 39, n. 4, p. 617-637, 2020. <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1769288>
- VANGEN, S.; HAYES, J. P.; CORNFORTH, C. Governing cross-sector, inter-organizational collaborations. **Public Management Review**, v. 17, n. 9, p. 1237-1260, 2015. <https://doi.org/10.1080/14719037.2014.903658>
- VAZQUEZ-BRUST, D.; PIAO, R. S.; MELO, M. F. de S. de; YARYD, R. T.; CARVALHO, M. M. The governance of collaboration for sustainable development: Exploring the "black box." **Journal of Cleaner Production**, v. 256, 120260, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120260>
- WANG, H.; RAN, B. Network governance and collaborative governance: a thematic analysis on their similarities, differences, and entanglements. **Public Management Review**, v. 25, n. 6, p. 1187-1211, 2023. <https://doi.org/10.1080/14719037.2021.2011389>
- WEGNER, D.; VERSCHOORE, J. Network Governance in Action: Functions and Practices to Foster Collaborative Environments. **Administration & Society**, v. 54, n. 3, p. 479-499, 2021. <https://doi.org/10.1177/00953997211024580>
- YURISCH, K.A.; SOTO, K.R.; FUENZALIDA, C.R. Inter-municipal cooperation in Latin America: current situation and future research challenges. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 575-591, 2019. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180042x>

Resumo

O campo de estudos sobre governança colaborativa: o que sabemos e para onde vamos?

A governança colaborativa se resume em respostas a uma série de desafios vividos pelas organizações. Embora seja uma estratégia promissora, ela precisa de melhores contornos conceituais para facilitar estudos empíricos e aprofundamentos teóricos. O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão bibliométrica sobre o campo de estudos de governança colaborativa nas áreas de gestão e administração pública. Para isso, foram realizadas pesquisas nas bases de dados Web of Science e Scopus em janeiro de 2022, retornando 437 estudos. Os resultados da análise mostram um campo vigoroso e em crescimento, com modelos analíticos sistematizados e amplos. Destacam-se, como tendência, temas e questões relacionados ao nível local, à estratégia e gestão social, à inovação, a design e a stakeholders. Como principais direções para estudos futuros, os artigos revisados apontam: a ampliação dos modelos analíticos já consolidados; o teste empírico desses e outros modelos; abordagens nas temáticas e questões apontadas acima; e a sensibilização mais abrangente de periódicos para o tema da governança colaborativa em geral. Este artigo contribui para o campo estudado apresentando os principais avanços realizados até o momento e apontando direções que podem ser seguidas pelos pesquisadores interessados em avançar o conhecimento e suprir lacunas existentes.

Palavras-chave: *Governança Colaborativa; Estudo Bibliométrico; Wicked Problems; Grandes Desafios.*

Abstract

Collaborative Governance studies: What do we know and where are we going?

Collaborative governance is a response to a series of organizational challenges. Albeit a promising strategy, it requires better conceptual outlines to facilitate empirical studies and theoretical deepening. This article presents a bibliometric review on collaborative governance studies in the fields of management and public administration. Bibliographic searches were conducted in the Web of Science and Scopus databases in January 2022, returning 437 studies. Analysis results show a vigorous and growing field, with systematized and widely used analytical models. Trends, themes and issues focus the local level; social strategy and management; to innovation and design; and to stakeholders. As main directions for future studies, the reviewed articles point to the expansion of already consolidated analytical models; the empirical testing of these and other models; approaches to the themes and issues mentioned above; and the broader sensitization of journals to the topic of collaborative governance in general. This article contributes to the studied field, presenting the main advances made so far, and pointing out directions that can be followed by researchers interested in advancing knowledge and filling existing gaps.

Keywords: *Collaborative Governance; Bibliometric Study; Wicked Problems; Big Challenges.*